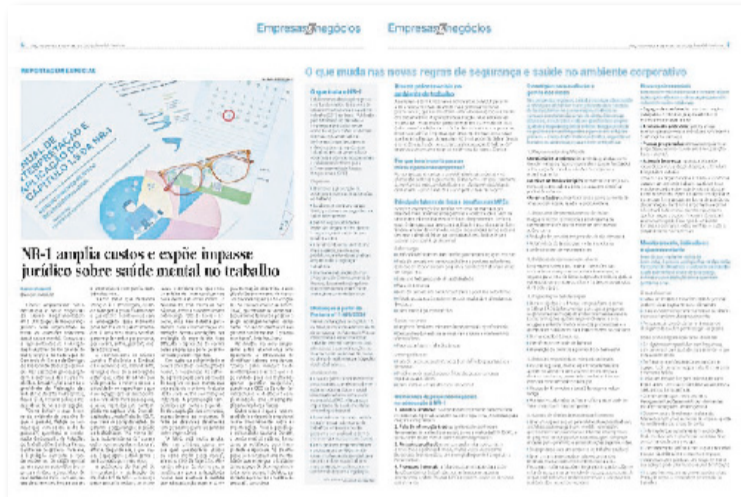


/ PALAVRA DO LEITOR

Saúde mental



A partir do dia 26 de maio, entra em vigor as novas exigências da Norma Regulamentadora nº 01 (NR-1), que tratam de medidas preventivas para proteger a saúde mental dos trabalhadores (Caderno Empresas & Negócios, JC, edição de 04/05/2026). Os governantes brasileiros tratam empresas de todos os tamanhos do mesmo jeito. Os pequenos e médios negócios não têm condições de assumir mais esse ônus com a adoção da nova NR-1. (Alexsandro de Souza)

Saúde mental II

Espero que o início da fiscalização da NR-1 não seja novamente adiado. As empresas tiveram tempo para se adaptar, precisam seguir a lei. (Rafael Bueno)

Saúde mental III

Nem os criadores da nova NR-1 sabem definir o que deve ser exigido. Se soubessem, estaria claro na lei e não haveria incerteza. É mais um projeto para afastar investimentos. (Gabriel Martins)

Renegociação de dívidas

No lançamento do Novo Desenrola, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, anunciou mobilização de 90 dias para renegociar dívidas (JC, 04/05/2026). É como dizem, no próximo mandato, eles encerram a pobreza. Os menos favorecidos gastando demais é porque tudo está muito caro. Os bancos são sempre protegidos com crédito consignado e juros altíssimos pela inflação. O consumidor paga a dívida e terá mais "crédito". (João Fernando Kliemann)

Aposentados

Aposentados, pensionistas e militares da reserva realizaram uma mobilização em frente ao Palácio Piratini, em Porto Alegre, contra a cobrança de contribuição previdenciária sobre os benefícios (JC, 05/05/2026). Chega de arrocho salarial, o governo precisa rever o que fez contra os aposentados e pensionistas. (Rubilar Carvalho)

Mapa Econômico do RS

O Mapa Econômico do RS aponta oportunidades de desenvolvimento para a Macrorregião Central do Rio Grande do Sul (JC, 07/05/2026). O evento Mapa Econômico do RS é fantástico com conteúdo importantíssimo. (Matheus Santos)

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. É necessário indicar no título do e-mail se é "Artigo" ou "Palavra do Leitor". Os artigos e cartas publicados com assinatura são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

/ ARTIGOS

Sem trabalho digno, não há serviço público

Antonio Tuccillo

Quando um hospital público falha no atendimento, quando uma escola não consegue garantir o aprendizado ou a segurança pública não dá conta da demanda, a resposta mais fácil é apontar o servidor como único responsável pelas falhas. A narrativa insiste em retratar o funcionalismo como ineficiente, descomprometido ou, ironicamente, protegido demais. Parece haver muita dificuldade em se fazer um questionamento simples: quais condições esses servidores têm para executar seu trabalho?

A resposta incomoda e é bem mais complexa do que simplesmente culpar o servidor. Levantamento dos Tribunais de Contas identificou que 57% das salas de aula das escolas públicas são inadequadas e que mais de 88% das unidades não têm laboratório ou sala de informática. Hospitais convivem com superlotação, falta de insumos e equipes pressionadas ao limite, enquanto, na segurança, os policiais trabalham sob risco físico permanente, sem suporte psicológico adequado. É sobre essa base precária que se cobra excelência de profissionais que precisam improvisar todos os dias para dar conta do serviço.

O adoecimento é uma das consequências inevitáveis. Apenas no primeiro semestre de 2025, foram registrados 3.494 afastamentos relacionados a transtornos mentais e comportamentais no serviço público. Entre professores, enfermeiros e policiais, esse cenário se torna ainda mais grave porque reu-

ne alta pressão, responsabilidade constante e condições precárias de trabalho e reconhecimento.

Durante anos, faltaram investimentos, planejamento e reposição de pessoal. Depois, quando o serviço não consegue responder como deveria, a cobrança pública cumpre uma função conveniente: ela desvia o foco de gestores, governos e prioridades orçamentárias que produziram esse cenário e transfere a culpa para o servidor que está na ponta. Trata-se de uma forma de preservar os responsáveis reais enquanto se desgasta a imagem de quem continua tentando manter o atendimento de pé.

Por isso, a CNSP reafirma que condições dignas de trabalho não são privilégio, mas condição mínima para que a população receba o serviço que tem direito. Defender o servidor é enfrentar a lógica que sucateia a estrutura pública, pois onde faltam condições, falta também qualidade. E enquanto isso não for encarado com seriedade, seguirá crescendo o abismo entre o que se cobra do serviço público e aquilo que o próprio Estado oferece para que ele funcione.

Presidente da Confederação Nacional dos Servidores Públicos

Durante anos, faltaram investimentos, planejamento e reposição de pessoal

O desafio da pesquisa clínica no Brasil

Fábio Franke

A vacina que evitou milhões de mortes na pandemia. Os tratamentos mais modernos contra o câncer que aumentaram a sobrevida em casos antes considerados incuráveis. E até avanços em terapias regenerativas com o uso de polilaminina em lesões medulares que desafiam limites antes considerados impossíveis. Nada disso seria possível sem pesquisa clínica.

A expectativa é que o Brasil atraia cerca de R\$ 3 bilhões anuais em investimentos

começar como hipótese, atravessar anos de testes e, principalmente, ganhar tempo. Tempo de estudo, de aprovação e de acesso. É sob essa urgência que deve ser lida a Lei nº 14.874/2024, o novo marco legal da pesquisa clínica no Brasil.

A aprovação da lei representa mais do que um avanço regulatório. Ela corrige uma distorção histórica: a lentidão que isolou a ciência brasileira do restante do mundo. Hoje, o País responde por menos de 2% da pesquisa clínica global, um descom-

passo evidente entre capacidade e participação.

A expectativa é que o Brasil atraia cerca de R\$ 3 bilhões anuais em investimentos diretos e até R\$ 5 bilhões em indiretos. Esse volume financeiro deve permitir que o país salte para uma faixa de 400 a 500 protocolos anuais. Na oncologia, uma das áreas mais intensivas em inovação, esse movimento deve acelerar o acesso a terapias avançadas e reposicionar o país como destino estratégico para pesquisa.

Mas o marco regulatório, por si só, não resolve o problema. O diferencial estará na capacidade de execução. Pesquisa clínica exige estrutura, padronização e, sobretudo, capital humano qualificado para conduzir protocolos cada vez mais complexos.

É nesse ponto que o Brasil começa a dar sinais concretos de evolução. Na Oncoclínicas, essa preparação já está em curso. A companhia estruturou, nos últimos anos, uma rede de pesquisa com escala, capilaridade e padrão técnico compatível com estudos de alta complexidade, alinhada às melhores práticas internacionais.

Mais do que acompanhar a mudança regulatória, o objetivo é liderar sua implementação na prática e transformar oportunidade em acesso real para o paciente. Porque, no fim, é isso que está em jogo: reduzir a distância entre a inovação e quem precisa dela.

Líder nacional de pesquisa clínica da Oncoclínicas&Co